



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

011. PROVA OBJETIVA

AGENTE FISCAL DE POSTURAS

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 50 questões objetivas, e o caderno de prova discursiva.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e discursiva é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue suas provas, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova discursiva, a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de 01 a 10:

Cuidar de quem cuida

Responder a uma pergunta várias vezes, lidar com uma crise de agressividade e insistir para que o ente querido se almente ou tome banho. Esses são alguns dos desafios enfrentados por brasileiros que assumem a tarefa de cuidar de um familiar idoso com demência. Na sua maioria, são mulheres, mas há também homens, filhos e filhas ou netos e netas, que se dedicam àqueles que precisam de ajuda, compreensão e afeto.

Não raro, o peso dessa rotina implica angústia, estresse e depressão, com o adoecimento de toda a família. Para atenuar esse sofrimento, o Ministério da Saúde traz a boa notícia de que está desenvolvendo um protocolo de terapia em parceria com o Hospital Alemão Oswaldo Cruz, de São Paulo. Batizado de Estratégias para Cuidadores em Demência (Escada), o projeto-piloto é uma adaptação do protocolo britânico *Start*. Ou seja, foi testado e aprovado.

O Hospital Oswaldo Cruz treina agentes comunitários que replicam o protocolo junto dos cuidadores, que passam por oito sessões, com suporte psicológico, nas quais aprendem técnicas de manejo do estresse. O projeto está em andamento em Vitória (ES), Manaus (AM), Chapecó (SC), Teresina (PI), Cuiabá (MT), Guarapuava (PR) e Benevides (PA).

Os cuidadores são estimulados a refletir sobre o que é a demência e como a sobrecarga do cuidado pode impactar a sua saúde; a reconhecer os padrões de comportamento do idoso e o seu próprio comportamento para evitar gatilhos e reações negativas ou impulsivas; a fortalecer a comunicação com a pessoa com demência e com outros membros da família; a evitar a solidão; a resgatar pequenos prazeres; e a planejar o futuro. Não menos importante, há técnicas de relaxamento, com exercícios de respiração, meditação e alongamento.

O autocuidado, enfim, entrou na agenda do Sistema Único de Saúde (SUS). Já não era sem tempo, haja vista que, segundo o *Relatório Nacional sobre a Demência: Epidemiologia, (Re)Conhecimento e Projeções Futuras*, divulgado pelo Ministério da Saúde em setembro do ano passado, 8,5% da população com 60 anos ou mais convive com a demência. São nada menos do que 1,8 milhão de brasileiros idosos nessa condição. Para piorar, projetam-se 5,7 milhões de pessoas com demência na terceira idade até 2050.

Tais números mostram que o projeto Escada é mais do que bem-vindo. Com o avanço da expectativa de vida do brasileiro, essa é uma política pública necessária. Oxalá seu teste seja um sucesso e, em breve, essa iniciativa seja replicada por todo o SUS, em todo o país. Só assim serão garantidas saúde mental e qualidade de vida àqueles que cuidam dos seus e precisam cuidar de si mesmos.

(Editorial, Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniaio>, 02.11.2025. Adaptado)

01. De acordo com o editorial, o projeto-piloto Escada tem como finalidade
- (A) estabelecer um protocolo para os cuidadores de idosos, de tal forma que essas pessoas se dediquem ao próprio cuidado, evitando danos à saúde física e mental decorrentes da rotina vivenciada.
 - (B) revisar os protocolos de cuidados com as pessoas idosas com demência, porque o número de idosos é alto atualmente e projetam-se 5,7 milhões de pessoas com demência na terceira idade até 2050.
 - (C) oferecer às famílias que têm um idoso com demência serviços de atendimento especializado, tanto para o doente quanto aos demais familiares, evitando sobrecarga à saúde física e emocional das pessoas.
 - (D) afastar os cuidadores de suas atribuições profissionais para que possam especializar-se nos cuidados aos idosos com demência, participando de oito sessões contínuas, com atendimento psicológico.
 - (E) aliar as atribuições de cuidados da família com idoso com demência às dos cuidadores, para que não haja, para nenhuma das partes, sobrecarga de tarefas, evitando-se, assim, angústia, estresse e depressão.
02. Analisando-se os dados apresentados no texto, conclui-se corretamente que a quantidade de idosos com demência no Brasil é
- (A) baixa, e há previsão de que diminua nas próximas décadas.
 - (B) inexpressiva, mas tende a aumentar nas próximas décadas.
 - (C) baixa, e não há previsão de aumento nas próximas décadas.
 - (D) alta, e há previsão de aumento nas próximas décadas.
 - (E) alta, mas não há previsão de aumento nas próximas décadas.

03. Com a frase do 5º parágrafo “Já não era sem tempo...”, o editorial manifesta, em relação ao projeto-piloto Escada, seu ponto de vista
- (A) contrário, apresentando, em seguida, os argumentos para a sua oposição.
- (B) de dúvida, apresentado, em seguida, os seus possíveis pontos negativos.
- (C) favorável, apresentando, em seguida, a justificativa para o seu posicionamento.
- (D) favorável, apresentando, em seguida, as sugestões para a sua implementação.
- (E) contrário, apresentando, em seguida, as consequências nefastas de sua implementação.
04. O termo destacado está empregado em sentido próprio em:
- (A) Não raro, o **peso** dessa rotina implica angústia, estresse e depressão, com o adoecimento de toda a família. (2º parágrafo)
- (B) **Batizado** de Estratégias para Cuidadores em Demência (Escada), o projeto-piloto é uma adaptação do protocolo britânico *Start*. (2º parágrafo)
- (C) Só assim serão garantidas **saúde** mental e qualidade de vida àqueles que cuidam dos seus e precisam cuidar de si mesmos. (6º parágrafo)
- (D) Esses são alguns dos **desafios** enfrentados por brasileiros que assumem a tarefa de cuidar de um familiar idoso com demência. (1º parágrafo)
- (E) Os cuidadores são estimulados a refletir sobre o que é a demência e como a sobrecarga do cuidado pode **impactar** a sua saúde... (4º parágrafo)
05. Sem prejuízo ao sentido do texto, na passagem do 2º parágrafo “**Não raro**, o peso dessa rotina **implica** angústia, estresse e depressão, com o adoecimento de toda a família. Para **atenuar** esse sofrimento, o Ministério da Saúde traz a boa notícia de que está desenvolvendo um protocolo de terapia...”, as expressões podem ser substituídas, correta e respectivamente, por:
- (A) Eventualmente; envolve; analisar.
- (B) Frequentemente; acarreta; amenizar.
- (C) Habitualmente; promove; eliminar.
- (D) Ocasionalmente; reforça; dissipar.
- (E) Intermitentemente; acaba; abrandar.
06. O motivo por que se empregam as vírgulas na passagem do 3º parágrafo “O projeto está em andamento em Vitória (ES), Manaus (AM), Chapecó (SC), Teresina (PI), Cuiabá (MT), Guarapuava (PR) e Benevides (PA).” também se aplica às passagens:
- (A) ... mas há também homens, filhos e filhas ou netos e netas... (1º parágrafo) / ... com exercícios de respiração, meditação e alongamento. (4º parágrafo)
- (B) ... o peso dessa rotina implica angústia, estresse e depressão... (2º parágrafo) / Ou seja, foi testado e aprovado. (2º parágrafo)
- (C) Para atenuar esse sofrimento, o Ministério da Saúde traz a boa notícia... (2º parágrafo) / Oxalá seu teste seja um sucesso e, em breve, essa iniciativa seja replicada... (6º parágrafo)
- (D) ... que replicam o protocolo junto dos cuidadores, que passam por oito sessões, com suporte psicológico... (3º parágrafo) / Para piorar, projetam-se 5,7 milhões de pessoas com demência... (5º parágrafo)
- (E) O autocuidado, enfim, entrou na agenda do Sistema Único de Saúde (SUS). (5º parágrafo) / Com o avanço da expectativa de vida do brasileiro, essa é uma política pública necessária. (6º parágrafo)
07. Considere a frase a seguir:
- Na sua maioria, são mulheres, mas _____ também homens, filhos e filhas ou netos e netas, que se entregam ao zelo _____ que _____ de ajuda, compreensão e afeto.
- Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas da frase devem ser preenchidas, respectivamente, com:
- (A) existe ... àqueles ... necessitam
- (B) é comum ... por aqueles ... anseiam
- (C) são comuns ... naqueles ... reclamam
- (D) se flagram ... para aqueles ... clamam
- (E) existem ... daqueles ... carecem
08. Considerando-se o emprego do acento indicativo da crase e a concordância nominal, em conformidade com a norma-padrão, na frase do 6º parágrafo “Só assim serão garantidas saúde mental e qualidade de vida **àqueles** que cuidam dos seus e precisam cuidar de si **mesmos**.”, as expressões destacadas podem ser substituídas, respectivamente, por:
- (A) à quem ... próprios
- (B) à pessoas ... próprios
- (C) à quem ... próprio
- (D) às pessoas ... próprias
- (E) à qualquer pessoa ... próprios

09. Na passagem do 1º parágrafo "... e insistir para que o ente querido se alimente ou tome banho.", a expressão destacada faz uma alusão a uma pessoa da família. Outro termo que remete à ideia de família está corretamente destacado em:

- (A) ... **que** replicam o protocolo junto dos cuidadores... (3º parágrafo)
- (B) ... àqueles que cuidam dos **seus** e precisam cuidar de si mesmos. (6º parágrafo)
- (C) ... e como a sobrecarga do cuidado pode impactar a **sua** saúde... (4º parágrafo)
- (D) Na **sua** maioria, são mulheres, mas há também homens... (1º parágrafo)
- (E) ... **essa** é uma política pública necessária. (6º parágrafo)

10. De acordo com a norma-padrão, a passagem do 6º parágrafo "Tais números mostram que o projeto Escada é mais do que bem-vindo. Com o avanço da expectativa de vida do brasileiro, essa é uma política pública necessária." admite a seguinte reescrita:

- (A) Tais números mostram que iniciativas como o projeto Escada são mais do que bem-vindas. Devido ao avanço da expectativa de vida do brasileiro, essa é uma política pública necessária.
- (B) Tais números mostram que iniciativas como o projeto Escada são mais do que bem-vindas. Em virtude do avanço da expectativa de vida do brasileiro, essa é uma política pública necessária.
- (C) Tais números mostram que iniciativas como o projeto Escada é mais do que bem-vindo. Devido o avanço da expectativa de vida do brasileiro, essa é uma política pública necessária.
- (D) Tais números mostram que iniciativas como o projeto Escada são mais do que bem-vindo. Por causa do avanço da expectativa de vida do brasileiro, essa é uma política pública necessária.
- (E) Tais números mostram que iniciativas como o projeto Escada é mais do que bem-vinda. Em virtude do avanço da expectativa de vida do brasileiro, essa é uma política pública necessária.

11. Em um parque, uma área de 14 200 m² de gramado, será recoberta com placas de polipropileno para a realização de um show. Esse serviço foi realizado em três dias, sendo que, no primeiro dia, 3 homens trabalharam por 2 horas e recobriram 426 m² do gramado e, no segundo dia, 2 homens trabalharam por 2 horas e 30 minutos.

No terceiro dia, a cobertura do gramado foi finalizada por 27 homens.

Considerando que nesse serviço a produtividade de cada homem seja a mesma, o tempo de trabalho dos 27 homens no terceiro dia foi de

- (A) 6 horas.
- (B) 6 horas e 30 minutos.
- (C) 8 horas.
- (D) 7 horas e 30 minutos.
- (E) 7 horas.

12. Em um grupo de 144 praticantes de futebol, alguns também praticam natação, alguns também praticam voleibol e alguns praticam as três modalidades. Nesse grupo, a razão entre o número dos que praticam voleibol e o número dos que praticam natação é igual a $\frac{3}{5}$. Entre aqueles

que praticam exatamente duas das modalidades, a razão entre o número dos que praticam voleibol e o número dos que praticam natação é igual a $\frac{1}{3}$.

Sabendo que é $\frac{5}{9}$ a razão entre o número dos que praticam as três modalidades e o número dos que praticam uma única modalidade, o número de pessoas que praticam apenas futebol excede o número dos que praticam apenas voleibol e futebol em

- (A) 36.
- (B) 32.
- (C) 25.
- (D) 39.
- (E) 27.

13. Um consumidor pagou em 3 parcelas por certo produto, sendo a primeira no ato da compra e as outras duas nos dois meses seguintes. Essa loja aumenta o saldo devedor de um cliente em 10% a cada mês, e esse consumidor pagou R\$ 330 em cada uma das duas primeiras parcelas e pagou R\$ 726 na última parcela. Seja V o preço desse produto, à vista, em reais.

A soma dos algarismos de V é igual a

- (A) 5.
- (B) 8.
- (C) 6.
- (D) 7.
- (E) 9.

14. Ana, Beto e Carlos prepararam 700 pastas para serem distribuídas em um congresso. Ana preparou um mesmo número de pastas por dia durante 4 dias. Beto trabalhou nessa tarefa por 5 dias, tendo preparado, por dia, 8 pastas a menos do que a produção diária de Ana. Carlos preparou um total de pastas igual a $\frac{2}{5}$ do total preparado

por Ana e Beto.

A diferença dos números de pastas preparadas entre o que mais produziu e o que menos produziu nessa tarefa é igual a

- (A) 60.
- (B) 50.
- (C) 70.
- (D) 80.
- (E) 90.

15. Com a chegada de certo número de novos funcionários, uma empresa passou a ter 60 funcionários no total. Cada um dos novos funcionários teve um encontro de orientação com cada um dos funcionários veteranos, o que resultou em 416 encontros.

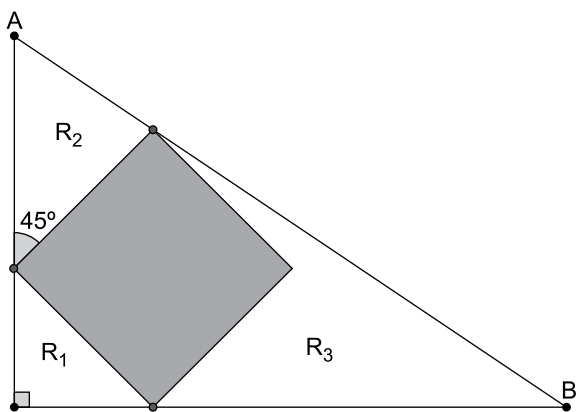
Sabendo que o número de novos funcionários é menor do que o número de funcionários veteranos, quantos encontros teriam acontecido se o número de funcionários novos tivesse sido 2 a menos.

- (A) 308.
- (B) 312.
- (C) 216.
- (D) 165.
- (E) 265.

16. Um centro de tecnologia processou em um mesmo computador os resultados de 3.300 testes relativos a uma pesquisa, alguns denominados de teste A, e os demais, de teste B. Esse computador processou esses testes ininterruptamente por 52 horas e 30 minutos, sendo que o tempo de processamento de cada teste A era de 1 minuto e 4 segundos, e de cada teste B era de 49 segundos.

A diferença entre os números de testes A e B dessa pesquisa é igual a

- (A) 340.
 (B) 360.
 (C) 380.
 (D) 400.
 (E) 420.
17. Um quadrado de 18 cm^2 de área está no interior de um triângulo retângulo de hipotenusa AB, tendo 3 de seus vértices sobre os lados do triângulo. Esse quadrado dividiu o triângulo em 4 regiões: as regiões triangulares R_1 e R_2 ; a região R_3 , que é um quadrilátero não convexo, e que também tem 18 cm^2 de área; e a quarta região, sendo o próprio quadrado, conforme mostra a figura.

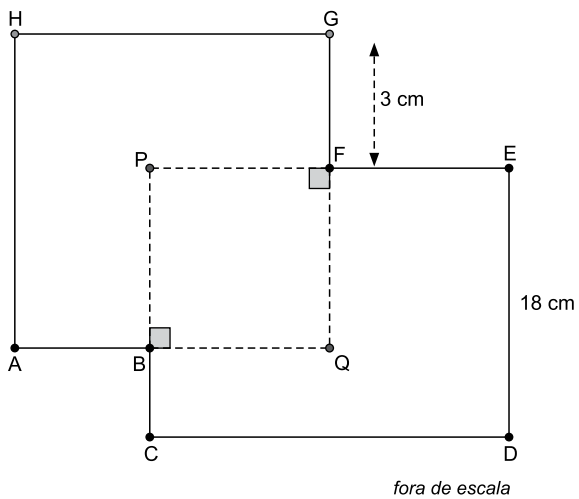


(Arquivo pessoal; imagem usada com autorização)

Sabendo que a área da região R_2 excede em 3 cm^2 a área da região R_1 , a medida da hipotenusa AB é igual a

- (A) $\sqrt{186} \text{ cm}$.
 (B) $\sqrt{216} \text{ cm}$.
 (C) $\sqrt{200} \text{ cm}$.
 (D) $\sqrt{192} \text{ cm}$.
 (E) $\sqrt{208} \text{ cm}$.

18. No plano, o octógono não convexo ABCDEFGH tem perímetro igual a 80 cm. No interior desse octógono, estão os pontos P e Q, tais que AQGH e BQFP são quadrados e CDEP é um retângulo, conforme mostra a figura.



(Arquivo pessoal; imagem usada com autorização)

Sabendo que os perímetros do quadrado AQGH e do retângulo CDEP são iguais, a área do quadrado BQFP é

- (A) 256 cm^2 .
- (B) 289 cm^2 .
- (C) 196 cm^2 .
- (D) 144 cm^2 .
- (E) 225 cm^2 .

19. Em um museu, chegaram grupos de turistas das cidades A, B e C, cada grupo com o mesmo número de pessoas. Cada grupo foi dividido em subgrupos, cada subgrupo recebendo um guia para orientação. Com os turistas da cidade A, um subgrupo ficou com 12 pessoas, e os demais subgrupos ficaram com 8 pessoas cada. Com os turistas da cidade B, dois subgrupos ficaram, cada um, com 6 pessoas, e os demais subgrupos ficaram com 18 pessoas cada. Com os turistas da cidade C, três subgrupos ficaram, cada um, com 4 pessoas, e os demais subgrupos ficaram com 24 pessoas cada.

Sabendo que cada um dos grupos iniciais dessas cidades tinha mais de 300 e menos de 400 pessoas, o número de guias alocados para os subgrupos formados com esses turistas foi

- (A) 78.
- (B) 85.
- (C) 89.
- (D) 86.
- (E) 74.

20. Em determinado ano, do dia da inauguração de uma loja, no mês de novembro, até o dia 14 de dezembro, a média do número de capinhas de celular que foram vendidas por dia foi igual a 32. No dia 15 de dezembro, a loja vendeu certo número de capinhas, de maneira que a média do número de capinhas vendidas desde a inauguração passou a ser igual a 35. No dia 16 de dezembro, a loja vendeu 25 capinhas a menos do que vendeu no dia anterior, e a média do número de capinhas vendidas desde a inauguração passou a ser igual a 37.

Sabendo-se que essa loja funciona todos os dias, sua inauguração foi no dia

Dado: (o mês de novembro tem 30 dias)

- (A) 14.
- (B) 16.
- (C) 15.
- (D) 17.
- (E) 18.

21. Em um computador com Microsoft Windows 11, em sua configuração original, um usuário executou as seguintes ações:

- I. Criou um arquivo texto na pasta C:\TEMP chamado Controle.txt, o editou e o salvou.
- II. Criou um atalho para esse arquivo na Área de Trabalho e copiou esse atalho para um Pen Drive.
- III. Depois, em um outro computador, também com Microsoft Windows 11, em sua configuração original, criou a pasta C:\TEMP (que não existia) vazia, e copiou esse atalho a partir do Pen Drive para esse novo computador.

Nesse novo computador, sem desconectar o Pen Drive, ao abrir o atalho,

- (A) será criado, automaticamente, um novo arquivo Controle.txt na pasta C:\TEMP do novo computador.
- (B) será aberto o Bloco de Notas, mas sem conteúdo algum.
- (C) não será aberto o arquivo Controle.txt.
- (D) será aberto o arquivo Controle.txt a partir do Bloco de Notas.
- (E) o arquivo Controle.txt será aberto a partir do Pen Drive, já que o atalho foi copiado de lá.

22. Usando o Microsoft Word 2016, em sua configuração original, um usuário digitou uma palavra formatada em Negrito e Itálico em um documento originalmente em branco. Mas esse usuário deseja deixar essa palavra apenas com formatação Sublinhado.

Para isso, considerando os ícones do grupo Fonte da Guia Página Inicial, é preciso selecionar a palavra e clicar

- (A) no ícone Sublinhado, e depois nos ícones Negrito e Itálico.
- (B) no ícone Sublinhado, apenas.
- (C) nos ícones Negrito e Itálico, apenas.
- (D) no ícone Pincel de Formatação, e depois no ícone Sublinhado.
- (E) no ícone Sublinhado, e depois no ícone Limpar Toda a Formatação.

23. Em uma planilha do Microsoft Excel 2016, em sua configuração padrão, um usuário inseriu a função =CONT.NÚM(A1:C3) na célula A5 e o resultado foi 6.

Dessa forma, assinale a alternativa correta sobre o conteúdo no intervalo de A1 até C3.

- (A) Existem 6 células com conteúdo absoluto numérico e 3 células com a função =SOMA, retornando resultados sem erro e com valores maiores do que zero.
- (B) Existem 6 números maiores do que 0, e 3 menores ou iguais a zero.
- (C) Existem 6 células com valor igual a 0, e 3 células com números negativos.
- (D) Existem 6 números maiores ou iguais a 0, e 3 números negativos.
- (E) Existem 6 números, menores do que zero, ou zero, ou maiores do que zero, e 3 células com letras.

24. Um usuário está criando um formulário no Google Forms, e vai configurá-lo para que exista uma limitação de 1 resposta por respondente. Ao fazer isso, esse usuário sabe que o Google

- (A) exigirá que o formulário seja compartilhado como "somente dentro da organização".
- (B) permitirá que apenas respondentes usando rede wi-fi, independentemente se usam computador ou celular, possam preencher o formulário.
- (C) permitirá que o formulário apenas esteja acessível a partir do navegador Google Chrome.
- (D) utilizará o endereço IP do respondente para impedir respostas duplicadas.
- (E) irá, obrigatoriamente, exigir que os respondentes façam login no Google.

25. Têm-se 5 usuários, de uma mesma organização, em uma chamada de áudio e vídeo no Microsoft Teams, em sua configuração original, e com todos os usuários com o mesmo tipo de licenciamento Office 365 Enterprise, sendo João, o organizador, e Ricardo, Ana, Roberto e Paula, os demais participantes. Durante a chamada, João iniciou a gravação da reunião. Depois de algum tempo, Ana saiu da reunião, os demais continuaram. Um pouco depois, Roberto compartilhou a sua tela, e Ricardo saiu da reunião, sendo que os demais continuaram. Em seguida, João saiu da reunião, deixando Paula e Roberto na chamada. Depois, Roberto parou de compartilhar a sua tela.

Finalmente, Paula e Roberto saíram, encerrando assim a chamada. Dessa forma, a gravação foi automaticamente encerrada no momento em que

- (A) João saiu da reunião.
- (B) Ana saiu da reunião.
- (C) Roberto compartilhou a sua tela.
- (D) Paula e Roberto saíram da reunião, encerrando a chamada.
- (E) Roberto parou de compartilhar a sua tela.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. As modalidades de condomínio definidas na legislação de zoneamento de São José do Rio Preto são

- (A) três: horizontal, vertical e misto.
- (B) três: edifício (horizontal, vertical ou misto), urbano simples e de lotes.
- (C) duas: horizontal e vertical.
- (D) duas: edifício (horizontal, vertical ou misto) e de lotes.
- (E) três: residencial, comercial e de lotes.

27. A legislação do município de São José do Rio Preto (Lei nº 6.499/1996) classifica os resíduos sólidos em:

- (A) públicos, particulares e especiais.
- (B) domiciliares, de construção, de serviços de saúde, de limpa fossa e de varrição e limpeza.
- (C) domiciliares, públicos e especiais.
- (D) comuns, de construção, de serviços de saúde e de varrição e limpeza.
- (E) comuns, inertes e perigosos.

28. Segundo a legislação municipal de parcelamento do solo, de São José do Rio Preto, em empreendimentos de acesso controlado, a manutenção das lagoas de detenção/retenção de águas pluviais, destinada a garantir suas características originais de amortecimento de cheias, será de responsabilidade

- (A) dos proprietários de lotes, com periodicidade mínima anual.
- (B) do empreendedor, com periodicidade mínima anual.
- (C) do município, com periodicidade mínima de dois anos.
- (D) do município, com periodicidade mínima anual.
- (E) do empreendedor, com periodicidade mínima de dois anos.

29. Nos termos da Legislação de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo (LZUOS) de São José do Rio Preto, identificou-se, para determinados ambientes de acesso público de uma edificação existente, um conjunto de intervenções e ajustes considerados necessários e adequados e que não trarão ônus desproporcional e indevido, em cada caso, e que têm a finalidade de assegurar que “a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais”.

Uma providência desse tipo é denominada, nos termos da LZUOS,

- (A) redesenho universal.
- (B) acessibilidade universal.
- (C) adequação acessível.
- (D) adaptação razoável.
- (E) redesenho acessível.

30. Uma edificação preexistente à publicação da Legislação de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo (LZUOS), vigente em São José do Rio Preto, encontra-se em desacordo com essa legislação, excedendo a taxa de ocupação e o índice de aproveitamento máximos nela previstos, porém foi aprovada regularmente por legislação anterior para o uso comercial que abriga atualmente. No momento, a edificação é ocupada por estabelecimento que dispõe de alvará de funcionamento, porém por motivos econômicos esse estabelecimento irá fechar as portas. Há, no entanto, empresa do mesmo ramo interessada em estabelecer-se no mesmo local, desenvolvendo atividade comercial similar, compatível com o alvará de funcionamento existente.

Nessas condições, a Legislação Municipal de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo define que

- (A) o novo uso deverá conformar-se ao disposto na LZUOS, mantida a regularidade da edificação.
- (B) o novo uso poderá ser licenciado, porém a edificação deverá conformar-se ao disposto na LZUOS.
- (C) deve ser aberto processo de regularização da edificação, ao final do qual será possível licenciar o novo uso.
- (D) é possível a transferência ou substituição desse alvará para o novo estabelecimento.
- (E) o novo uso e a edificação deverão conformar-se ao disposto na LZUOS em vigor.

- 31.** Pelas definições da Lei Municipal nº 3.359/1983, relativamente às taxas de licença, (i) o fato gerador e (ii) o contribuinte são, respectivamente,
- (A) o exercício do poder de polícia administrativa; e a pessoa física ou jurídica que dá causa ao exercício dessa atividade administrativa ou à prática de atos a ela relacionados.
 - (B) a atividade econômica que enseja o exercício do poder de polícia administrativa; e a pessoa jurídica que exerce tal atividade.
 - (C) a atividade econômica que enseja o exercício do poder de polícia administrativa; e a pessoa física responsável pela pessoa jurídica que exerce tal atividade.
 - (D) o exercício de fato de atividade econômica; e a pessoa física responsável pela pessoa jurídica que exerce tal atividade.
 - (E) o exercício de fato de atividade econômica; e a pessoa jurídica que exerce tal atividade.
- 32.** De acordo com a Lei nº 8.626/2002, os pontos de táxi do município deverão ser dotados dos seguintes equipamentos ou melhorias:
- (A) placa de sinalização e demarcação do solo, cabine com telefone instalado e cobertura de espera de usuários e de veículos, quando possível, e instalações sanitárias, de responsabilidade do poder público municipal.
 - (B) placa de sinalização e demarcação do solo, cabine com telefone instalado e cobertura de espera de usuários e de veículos, quando possível, e instalações sanitárias, custeadas pelos permissionários interessados no ponto.
 - (C) placa de sinalização e demarcação do solo, cobertura de espera de usuários e de veículos, quando possível, e instalações sanitárias, custeadas pelos permissionários interessados no ponto.
 - (D) placa de sinalização e demarcação do solo, de responsabilidade do poder público municipal; cobertura de espera de usuários e de veículos, quando possível, e instalações sanitárias, custeadas pelos permissionários interessados no ponto.
 - (E) placa de sinalização e demarcação do solo, de responsabilidade do poder público municipal; cabine com telefone instalado e cobertura de espera de usuários e de veículos, quando possível, e instalações sanitárias, custeadas pelos permissionários interessados no ponto.
- 33.** Para fins de licenciamento de atividades econômicas, o Decreto Municipal nº 20.028/2024 prescreve como critérios de avaliação de risco, no mínimo, a
- (A) probabilidade de ocorrência de eventos danosos; a extensão, a gravidade ou o grau de irreparabilidade do impacto causado à sociedade na hipótese de ocorrência de evento danoso; e o inverso da resiliência social em face da natureza do dano.
 - (B) aplicabilidade de legislações que restrinjam e regulamentem as atividades; a probabilidade de ocorrência de eventos danosos; e a extensão, a gravidade ou o grau de irreparabilidade do impacto causado à sociedade na hipótese de ocorrência de evento danoso.
 - (C) probabilidade de ocorrência de eventos danosos; a extensão, a gravidade ou o grau de irreparabilidade do impacto causado à sociedade na hipótese de ocorrência de evento danoso; e a vulnerabilidade da população exposta à ocorrência.
 - (D) aplicabilidade de legislações que restrinjam e regulamentem as atividades; a probabilidade de ocorrência de eventos danosos; e a vulnerabilidade da população exposta à ocorrência.
 - (E) probabilidade de ocorrência de eventos danosos; a vulnerabilidade da população exposta à ocorrência; e o inverso da resiliência social em face da natureza do dano.
- 34.** As modalidades de licença de funcionamento municipal previstas no Decreto Municipal nº 20.028/2024, são, conforme as características do cadastro do contribuinte,
- (A) habite-se; licença prévia; licença de instalação; licença de operação; alvará de evento; permissão de uso de via pública para feirantes; e permissão de uso de via pública para ambulantes.
 - (B) licença prévia; licença de instalação; licença de operação / alvará de funcionamento; permissão de uso de via pública para eventos; e permissão de uso de via pública para ambulantes e para feirantes.
 - (C) habite-se; certificado de licenciamento integrado; licença prévia; licença de instalação; licença de operação; alvará de evento; alvará de ambulante; e alvará de feirante.
 - (D) certificado de licenciamento integrado; alvará de funcionamento; alvará de evento; alvará de ambulante; e alvará de feirante.
 - (E) habite-se; alvará de funcionamento; permissão de uso de via pública para eventos; permissão de uso de via pública para feirantes; e permissão de uso de via pública para ambulantes.

35. Uma faixa publicitária foi afixada em via pública urbana de São José do Rio Preto, sem autorização do município e utilizando árvore plantada na via pública como suporte para fixação de faixa por amarras.

Pelos elementos descritos, tal conduta caracteriza infração ao

- (A) zoneamento e ao plano de arborização urbana do município, sendo passível de sanções apenas pelo primeiro regulamento.
- (B) zoneamento e ao plano de arborização urbana do município, sendo passível de sanções por ambos os regulamentos.
- (C) código de posturas e ao plano de arborização urbana do município, sendo passível de sanções por ambos os regulamentos.
- (D) zoneamento e ao código de posturas do município, sendo passível de sanções por ambos os regulamentos.
- (E) código de posturas e ao plano de arborização urbana do município, sendo passível de sanções apenas pelo primeiro regulamento.

36. Um passeio público situado em via urbana da cidade de São José do Rio Preto é dotado de espaço árvore implantado com requadro nas dimensões previstas em lei. Em vistoria, constatou-se que esse espaço foi delimitado por mureta de baixa altura, que contorna todo o requadro, preservando suas dimensões originais.

Tal delimitação por mureta é

- (A) proibida expressamente pelo regulamento municipal que trata de arborização urbana.
- (B) prevista na norma de acessibilidade, considerando-se as necessidades de pessoas com deficiência visual ou baixa visão.
- (C) aceitável por não haver norma que proíba, porém não há recomendação ou finalidade específica para ela.
- (D) prescrita como solução facultativa para minimizar as necessidades de limpeza urbana, na medida em que contém o espalhamento de sujeira do canteiro para as áreas pavimentadas.
- (E) prescrita como detalhe típico de execução de passeio público, tendo por finalidade minimizar as necessidades de limpeza urbana.

37. Dentro do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), são órgãos executores da Política Nacional de Meio Ambiente, em nível nacional, o

- (A) Ministério do Meio Ambiente, a Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República e o Conselho Nacional do Meio Ambiente.
- (B) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Instituto Chico Mendes).
- (C) Ministério do Meio Ambiente, o Conselho Nacional do Meio Ambiente e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).
- (D) Ministério do Meio Ambiente, a Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).
- (E) Conselho Nacional do Meio Ambiente e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Instituto Chico Mendes).

38. Em um município brasileiro, a lavra de recursos minerais sem a autorização correspondente provocou contaminação das águas utilizadas para o abastecimento público.

Tal prática pode resultar em detenção do responsável pela atividade constituir

- (A) infração administrativa de regulamentos federais, somente.
- (B) infração administrativa de regulamentos federais e estaduais.
- (C) crime ambiental.
- (D) contravenção prevista no Código Penal.
- (E) infração administrativa de regulamentos estaduais, somente.

39. A Política Nacional de Resíduos Sólidos prescreve, na gestão e gerenciamento desses resíduos, a seguinte ordem de prioridade:

- (A) redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos e disposição final ambientalmente adequada.
- (B) universalização da coleta, coleta seletiva, reciclagem, disposição em aterros, incineração.
- (C) segregação de resíduos perigosos, universalização da coleta, segmentação da coleta (coleta seletiva), remediação de áreas de disposição adequada, universalização da disposição adequada.
- (D) universalização da coleta, segregação de resíduos perigosos, segmentação da coleta (coleta seletiva), universalização da disposição adequada, remediação de áreas de disposição adequada.
- (E) não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos e disposição final ambientalmente adequada.

40. O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) define como o “instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana”, visando ao cumprimento da função social da propriedade,
- (A) a demarcação de áreas de interesse social, visando democratizar o acesso à terra.
 - (B) as parcerias público-privadas, catalisadoras de investimentos socialmente orientados.
 - (C) o plano diretor, expressão das exigências fundamentais de ordenação da cidade.
 - (D) os instrumentos de regularização fundiária, como alavanca da inclusão social.
 - (E) as operações urbanas, como impulso de processos de renovação e recuperação de áreas degradadas ou subutilizadas.
41. Com relação à adequação do mobiliário urbano ao uso por pessoas com deficiência, inclusive visual, ou com mobilidade reduzida, é correto afirmar que, de acordo com a Lei Federal nº 10.098/2000, cada brinquedo e equipamento de lazer, em parques e espaços de uso público em geral, deverá ser adaptado e identificado para o uso desses segmentos de pessoas na proporção de
- (A) 5%
 - (B) 10%
 - (C) 8%
 - (D) 15%
 - (E) 3%
42. As larguras mínimas estabelecidas no código de obras e edificações no município de São José do Rio Preto para escadas de uso coletivo, escadas de uso restrito e escadas de acesso a jiraus, torres e similares são, respectivamente:
- (A) 1,10 m, 0,80 m e 0,55 m.
 - (B) 1,10 m, 0,90 m e 0,55 m.
 - (C) 1,20 m, 0,80 m e 0,60 m.
 - (D) 1,20 m, 0,90 m e 0,60 m.
 - (E) 1,00 m, 0,60 m e 0,45 m.
43. Assinale a alternativa correta a respeito dos atos administrativos punitivos.
- (A) A tipicidade é um dos seus atributos e, em alguns casos, permite a discricionariedade na sanção a ser aplicada entre aquelas previstas na lei.
 - (B) Baseiam-se no poder disciplinar, o qual autoriza a imposição de multa aos particulares, sem vínculo com a administração.
 - (C) São dotados de imperatividade, mas a aplicação das sanções deles decorrentes depende de autorização judicial.
 - (D) A autoexecutoriedade é uma das suas características e está presente em todos os atos administrativos dessa categoria.
 - (E) Eles são fundamentados no poder de polícia administrativa e restritos à aplicação de sanções no âmbito do serviço público.
44. Serena, funcionária pública municipal, recebeu vantagem econômica, indiretamente, para omitir ato de ofício a que estava obrigada em razão do seu cargo público. Nessa situação hipotética, segundo o que o dispõe a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), é correto afirmar que Serena
- (A) poderá sofrer a pena de prisão e perda de seus bens por ter cometido um ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
 - (B) estará sujeita, entre outras penas, à suspensão dos direitos políticos até 14 (catorze) anos, se o ato caracterizou improbidade administrativa que importou em enriquecimento ilícito.
 - (C) estará sujeita, entre outras penas, à multa, que pode ser aumentada em dez vezes se a sua situação econômica demonstrar que o valor é ineficaz para reprovação do ato de improbidade.
 - (D) cometeu um ato de improbidade administrativa causador de prejuízo ao erário e estará sujeita, entre outras penas, à perda da função pública e suspensão dos direitos políticos até 12 (doze) anos.
 - (E) poderá perder o cargo, receber multa e ser condenada a ressarcir o erário se o ato foi praticado com dolo ou culpa e causou prejuízo ao erário ou violou algum princípio da Administração Pública.

45. Considere que a secretaria de gestão do município X foi informada que servidores públicos estão obstruindo parcialmente via pública em frente à Câmara Municipal, durante o dia, para pressionar os vereadores a aprovar lei que conceda a revisão geral anual a todas as categorias profissionais integrantes do funcionalismo público, em valor equivalente aos índices oficiais de inflação. No auto-falante, os representantes sindicais convocam os servidores a aderir a uma greve, caso os seus interesses não sejam protegidos. Diante do cenário, o Secretário da pasta convocou reunião e dela participou Flávia, agente de posturas municipais, que foi designada para dialogar com os manifestantes.

Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, Flávia poderá afirmar corretamente, na reunião, que

- (A) a Constituição Federal não concede aos servidores públicos o direito de greve ou de obstruir parcialmente ruas, ainda que sob a justificativa de estar exercendo o direito de reunião.
- (B) a lei em discussão é desnecessária, pois a própria Constituição Federal assegura o direito à revisão anual dos servidores públicos.
- (C) a Constituição Federal assegura, expressamente, o direito de os servidores públicos participarem de greves sem que haja o desconto de remuneração, salvo se for reconhecida a abusividade do exercício do direito.
- (D) a manifestação, para ser válida, deve ter sido previamente autorizada pelas autoridades policiais.
- (E) a reunião é válida se for pacífica e sem armas, devendo ter sido comunicada previamente à autoridade competente.

46. João, servidor público, trabalha em um órgão estatal criado para realizar o atendimento ao público. Ao longo dos dias, ele tem notado que Maria, servidora aposentada do mesmo órgão, tem frequentado a repartição para conversar diretamente com os seus antigos colegas de trabalho. Intrigado com a situação, João relata o fato a Pedro, outro servidor, que comenta ter ouvido que Maria oferece, para empresas interessadas em acelerar indevidamente seus processos administrativos, o serviço de “assessoria”, mediante o pagamento de vantagem financeira.

Com base na situação hipotética e no disposto no Código Penal Brasileiro, João pode concluir que Maria está praticando conduta tipificada no crime de

- (A) tráfico de influência.
- (B) corrupção ativa.
- (C) contrabando.
- (D) advocacia administrativa.
- (E) usurpação de função pública.

47. Conforme estabelece o Código Civil Brasileiro, considera-se empresário quem exerce

- (A) profissionalmente, ou não, atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- (B) atividade econômica, intelectual, artística ou científica mediante inscrição no registro público de empresas mercantis.
- (C) profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- (D) profissionalmente, ou não, atividade literária, científica, artística e intelectual, ainda que sem o concurso de auxiliares.
- (E) profissionalmente atividade literária, científica, artística e intelectual, ainda que sem o concurso de auxiliares e sem finalidade econômica.

48. Segundo o Código Civil Brasileiro, para a inscrição como empresário no registro público de empresas mercantis, desde que não se enquadre como microempresário individual, é indispensável:

- (A) integralização de, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social subscrito.
- (B) capital social mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
- (C) nacionalidade brasileira nata ou por naturalização.
- (D) informação do regime de bens, em caso de ser casado.
- (E) assinatura autógrafa do empresário ou de seu procurador.

49. É exemplo de sociedade não personificada, no Direito Civil Brasileiro, a

- (A) sociedade em comum.
- (B) cooperativa de mão de obra.
- (C) sociedade limitada unipessoal.
- (D) sociedade simples.
- (E) sociedade limitada.

50. Segundo o Código Civil Brasileiro, a sociedade estrangeira:

- (A) qualquer que seja o seu objeto, não pode, sem autorização do Poder Executivo, funcionar no país, ainda que por estabelecimentos subordinados, podendo, todavia, ressalvados os casos expressos em lei, ser acionista de sociedade anônima brasileira.
- (B) apenas quando dedicada à atividade regulada, não pode, sem autorização do Poder Executivo, funcionar no país, ainda que por estabelecimentos subordinados, podendo, todavia, ressalvados os casos expressos em lei, ser acionista de sociedade anônima brasileira.
- (C) quando dedicada à atividade regulada, não pode, sem autorização do Poder Executivo, funcionar no país, ainda que por estabelecimentos subordinados, não podendo ainda ser acionista de sociedade anônima brasileira.
- (D) qualquer que seja o seu objeto, não pode, sem autorização do Banco Central do Brasil, funcionar no país, ainda que por estabelecimentos subordinados, podendo, todavia, ressalvados os casos expressos em lei, ser acionista de sociedade anônima brasileira.
- (E) qualquer que seja o seu objeto, não pode, sem autorização do Poder Executivo, funcionar no país, exceto por estabelecimentos subordinados, não podendo, ainda, ressalvados os casos expressos em lei, ser acionista de sociedade anônima brasileira.

